

A práxis arteducativa na Escola Pernambucana de Circo: limites e possibilidades de inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade

Priscilla Simone da Silva¹
Rayane Maria Barbosa da Silva²
Clarissa Martins de Araujo³

Resumo:

O principal objetivo da nossa pesquisa foi compreender como se constituem a práxis arteducativa circense na Escola Pernambucana de Circo com as pessoas em situação de vulnerabilidade. Nos apoiamos em Azevedo (2014), Gonh (2010), Gallo (2010), dentre outros. Trata-se de um estudo de caso. Para a coleta de dados realizamos a entrevista semiestruturada com o educador social da Escola. Os resultados apontam que a EPC, através da linguagem artística, modifica a estrutura do contexto social envolvido e a partir da leitura de mundo estimula o indivíduo em situação vulnerável a ser crítico, pensante. As práxis arteducativas desenvolvidas nesse espaço de educação não formal são relevantes na busca pela cidadania, trazendo possibilidades e perspectivas de aprendizados que vão além do adquirido no âmbito escolar.

Palavras-chave: Educação não-formal. Práxis arteducativa. Circo social. Transformação social.

1. Introdução

O presente trabalho surgiu a partir de vivências das graduandas na Escola Pernambucana de Circo, instituição que trabalha com educação não formal e que há muitos anos desenvolve um trabalho sócio-educativo para crianças, adolescentes e jovens. Por meio de atividades artísticas, lúdicas e sócio-pedagógicas, ela trabalha a identidade cultural e os valores da cidadania. Sobre a educação nesses espaços, La Belle (1982 p. 2, apud Gadotti 2012, p. 7) a entende como sendo “toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população”.

Os ambientes considerados não formais são espaços fora da instituição escolar podendo ser classificados em institucionalizados ou não e podem se

¹ Concluinte do Curso de Pedagogia 2023.2, Turma PN, Centro de Educação - UFPE. E-mail: priscilla.simone@ufpe.br

² Concluinte do Curso de Pedagogia 2023.2, Turma PN, Centro de Educação - UFPE. E-mail: rayane.barbosa@ufpe.br

³ Professora Associada do Departamento de Psicologia, Inclusão e Educação – Centro de Educação – UFPE (Orientadora). E-mail: clarissa.araujo@ufpe.br

desenvolver de diversas formas. Suas práticas são necessárias e importantes para a população, pois priorizam a prática de atividades culturais, favorecem as relações de trocas, vivências e desenvolvimento do ser humano.

A Escola Pernambucana de Circo, é precursora das aberturas de oportunidades extraescolares para a inclusão da população em situação de vulnerabilidade da região metropolitana do Recife, com maior foco de atuação no bairro da Macaxeira, onde está localizada a sede da escola. Ela desenvolve atividades circenses através das linguagens da Arte, como um caminho para a integração, expressão, promoção da cidadania e transformação social das crianças, jovens e adultos.

Através da práxis pedagógica em espaços não formais, o educador atua com o objetivo de promover transformações concretas em grupos-alvo, com características específicas e diferenciadas sob algum ponto de vista. Segundo Freire (2010, p 325, apud Azevedo, 2014, p. 99),

A práxis implica na teoria como um conjunto de ideias capazes de interpretar um dado fenômeno ou momento histórico, que, num segundo momento, leva um novo enunciado, em que *o sujeito diz a sua palavra sobre o mundo* e passa a agir para transformar esta mesma realidade. É uma síntese entre teoria-palavra e ação (grifo de Azevedo).

A escola de circo propõe uma práxis arteducativa a partir de projetos circenses que possibilitam às crianças, jovens e adultos, prioritariamente, de comunidades carentes, fazer a leitura do mundo, ou seja, compreender o mundo, o nós e os outros no espaço e tempo histórico em que vivem (Passos, 2008, p. 240, apud Azevedo, 2014, p. 99). Sobre o conceito de práxis arteducativa, dialogamos ainda com os estudos de Azevedo (2014, p. 99), que a compreende como:

[...] o processo de leitura de mundo de maneira a incluir nesse a dimensão estética e artística, isto é, por serem dimensões (humanas) que se constituem no plano das culturas, trazem as marcas históricas e sociais do lugar do sujeito no mundo.

Assim sendo, a Escola Pernambucana de Circo, além de trabalhar a cidadania e apresentar novas perspectivas de vida aos educandos que ela atende, as práxis arteducativa circense desenvolvidas por ela trazem felicidade e alegria para todos. Segundo Constâncio (2010, p.44):

O circo revela o interesse de todas as camadas sociais, independente de faixa etária, pois ao revelar sua alegria e colocar no picadeiro suas emoções, o seu público vê a beleza retratada e nos números impossíveis, até então de serem humanamente realizados. A partir daí é que público e circo se encontram no verdadeiro e legítimo desfrute do prazer e da harmonia.

Desse modo, compreende-se que práxis arteducativa circense, num espaço de educação não formal, inclui aprendizados que vão além dos adquiridos no âmbito escolar e agregam valores que irão formar um cidadão pleno e mais consciente, com possibilidades de transformar a sua realidade através da educação, do diálogo com suas múltiplas dimensões humanas.

Diante do exposto, propomos como objetivo geral da nossa pesquisa, compreender como se constituem as práxis arteducativa circense desenvolvidas pela Escola Pernambucana de Circo com as pessoas em situação de vulnerabilidade. Para tanto, delimitamos os seguintes objetivos específicos: i) conhecer como o coordenador pedagógico e educador social percebe o papel da EPC na formação social das pessoas em situação de vulnerabilidade; ii) delinear quais ações arteducativas realizadas na EPC; iii) caracterizar como as práxis arteducativas são desenvolvidas na EPC e iv) identificar os limites e possibilidades das práxis arteducativa circense para a inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Para isso, em nosso marco teórico discutimos inicialmente sobre a Pedagogia Circense como um espaço de arte/educação não formal, para em seguida abordarmos a práxis arteducativa do circo social como ação para uma formação humanizadora. Assim, esperamos que essa pesquisa possa provocar novas inquietações no Curso de Pedagogia, motivando estudos e questionamentos sobre as práticas arteducativas como caminho para a inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade, tanto nos espaços não formais, como nos formais, nas diferentes modalidades do ensino.

2. Marco teórico

2.1 Inclusão social em espaços de educação não formal para formação de indivíduos críticos

No Brasil a inclusão social se tornou um termo bastante usado e bem pautado, mas na prática, a grande maioria dos projetos de inclusão ocorrem através de políticas de distribuição de renda. Não se trata de diminuir tais projetos políticos, pois é real a necessidade deles para o combate a desigualdade social tão marcante no país. Para Demo (2005, p. 37), “[...] o desafio não é distribuir, mas “redistribuir” renda, porque, estando renda violentamente concentrada, trata-se de diminuir a riqueza dos mais ricos e elevar as condições sociais dos mais pobres”. Desta forma, haveria menos desigualdades sociais, mais acesso a serviços e espaços que hoje não são ocupados por todas as pessoas. É preciso dialogar com esse contexto para entender a situação na qual o país está inserido, pois, como ressalta o autor, , o neoliberalismo tem a exclusão social como elemento estruturante, tendo a pobreza como um produto “histórico dialético” e não como uma decisão “mal elaborada no mercado”. Segundo Bresciani (1984, p. 88):

Objeto de solicitude, de piedade e de escárnio, às vezes até de temor, os pobres não estão em condições de pertencer como membros de pleno direito de uma comunidade moral, o que, vale a pena lembrar, não os livra de estarem submetidos a ela e às suas leis. Estão na sociedade moral, civil, mas só participam com o trabalho.

Para Bresciani o trabalho tem fundamental importância e sua ressignificação impacta a grande maioria da população no Brasil. É possível ver a nação brasileira entrando numa inércia, onde a formação das classes populares mais pobre é uma maquinação para o interesse do capital. Trata-se de uma formação que segue o modelo neoliberal, que apesar de aproximar-se da perspectiva social-democrata, está fortemente aliada a lógica de mercado (Bresciani, 1984 apud Garcia e Hillesheim, 2017).

O trabalho desenvolvido por instituições de educação não formal representa para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, através de suas atividades, uma a construção da sua subjetividade, sendo esta “[...] configurada como unidades representativas das sínteses das histórias individuais associadas a elementos das histórias coletivas” (Santos; Mota; Silva, 2013, p. 703). Se no modelo neoliberal não existe caráter formativo baseado nas individualidades, então é possível que não exista a construção da subjetividade, criando assim uma casta que tende ao autodesprezo e a conformidade com a situação atual.

O individualismo e a competitividade geradas pelo neoliberalismo estão em desencontro com a inclusão social e a formação do indivíduo crítico, pensante.

Entretanto, tanto a educação formal quanto a educação não formal direcionam nosso olhar para a busca do conhecimento para a liberdade. Como nos chama atenção Gadotti (2005, p. 5),

O conhecimento serve primeiramente para nos conhecer melhor, a nós mesmos e todas as nossas circunstâncias. Serve para conhecer o mundo. Serve para adquirirmos as habilidades e as competências do mundo do trabalho; serve para tomar parte nas decisões da vida em geral, social, política, econômica. Serve para compreender o passado e projetar o futuro. Finalmente, serve para nos comunicar, para comunicar o que conhecemos, para conhecer melhor o que já conhecemos e para continuar aprendendo.

É nesse contexto que podemos compreender a importância da educação além dos muros e o impacto desse movimento para a formação de atores sociais. Ela é requisito indispensável para o exercício da cidadania. De acordo com Gohn (2010, p. 31) “Há processos educativos que extrapolam os muros escolares, sem diferenciá-la de fato, demarcando seu campo e especificidade”. Ou seja, existe a possibilidade de as ações educativas ocorrerem em outros espaços, reforçando a ideia de que a educação formal e não formal pode se complementar. Apesar dos vários debates acerca do tema, a maioria deles costuma definir a educação não formal em contraposição à educação formal. Fato é que muito de sua construção segue justamente esse caminho, como por exemplo: apresentar estruturas menos burocráticas, focar no contexto social no qual o público-alvo está inserido, ou seja, no desenvolvimento social de grupos sociais marginalizados na sociedade, foco na formação interpessoal, etc. Contudo, nos aproximamos do conceito de educação não formal proposto por Gohn (2010, p. 35), que entende se tratar de “[...] um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade”.

2.2 O circo social enquanto espaço arteducativo não formal

A educação não formal pode ocorrer, portanto, em espaços como igrejas, famílias, sindicatos, partidos políticos, mídia, associações de bairros, Organizações Não-Governamentais e em Organizações da Sociedade Civil, dentre outros, como é o caso da Escola Pernambucana de Circo. Enquanto escola circense, esta encontra-se no campo de estudo do Circo Social, nesse contexto, as práticas desenvolvidas buscam, prioritariamente, a formação cidadã. É uma prática social e educativa, pois como destaca Gallo (2011, p. 119 apud Siqueira, 2022, p. 6),

Assim como acontece com o teatro e outras artes, ensinar as técnicas circenses, no caso do Circo Social, é educativo e colabora para a formação do sujeito porque o circo, como linguagem artística específica, também é um campo de estudo, pesquisa, prática e experiência, independentemente de que o âmbito no qual este processo aconteça, seja situado numa instituição formal de ensino ou não.

Para o autor, o circo social encontra-se no campo da educação não formal, que retomando o que Gohn ressalta acima, ela precisa acessar espaços além dos muros escolares e perpassar por toda a sociedade, agindo em diversos lugares, buscando sempre contribuir para a formação do ser humano e para o desenvolvimento de sujeitos autônomos, livres e responsáveis.

O circo social cresceu no fim do século XX e veio com finalidade diferente das demais linguagens da arte. Ele mantinha o foco em educar o sujeito, principalmente aquele que tem a situação social mais afetada. Contudo, segundo Hotier (2001 p. 117, apud Gallo 2010, p. 26) com o passar do tempo, o circo social foi se renovando no Brasil. Na atualidade nota-se que, do ponto de vista de Hotier, intencionalmente ou não, o circo social coopera para a formação de artistas, mesmo não sendo este o seu objetivo final. A proposta central é usar o circo social como ferramenta pedagógica alternativa para ajudar crianças, jovens e adultos em dificuldades no processo de inclusão social.

Muitas instituições circenses no Brasil conquistaram o apoio também de organizações internacionais. O foco de cada escola de circo é a comunidade em situação de vulnerabilidade. Cada proposta pedagógica vai se adaptando de acordo com a necessidade dos participantes, seja ela de acolhimento social ou formação nas artes circenses. Gallo (2010, p.27) acredita que,

No circo social, a arte/educação é considerada um meio eficaz para propiciar o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens; as linguagens artísticas, predominantemente as artes circenses, são utilizadas como um canal de integração, expressão, promoção da cidadania e transformação social.

É possível entender então, que o circo social, enquanto espaço de educação não formal, ao dialogar com a arte/educação, torna-se, segundo Gohn (1999, apud Gallo, 2010), uma educação pela qual, por meio da aprendizagem das técnicas circenses, é possível encontrar valores e capacidades que derivam da prática específica do circo, tais como o respeito, a mútua confiança, a atenção pelos outros e

pela segurança, o autocontrole, entre outras. Além disso, através do circo, é possível transmitir informações e noções sobre a cultura, que podem ser internas ou externas ao contexto dos alunos.

Baseado na interculturalidade, na interdisciplinaridade e na aprendizagem dos conhecimentos artísticos, o ensino de arte, a partir de uma abordagem epistemológica tal como a Proposta Triangular (Barbosa, 2005), possibilita a aprendizagem em artes, a partir da inter-relação entre o fazer, o ler e o contextualizar arte, o que possibilita a formação humana dos educandos. Os estudos de Azevedo (2014, p. 54), ao refletir sobre a relação entre o campo da Arte e o da Educação, nos aproxima do campo de ensino e pesquisa denominado Arte/Educação, que “(...) se materializa na estreita relação entre teoria do conhecimento com teoria do ser.” Nesse sentido, podemos inferir que a arte/educação que se encontra no circo utiliza a arte como uma ferramenta no processo de formação humana, fazendo com que as pessoas desenvolvam formas de se perceber no mundo, em desenvolver pessoas em situação de vulnerabilidade em um ser crítico.

Uma instituição que trabalha a educação não formal, tendo como pilar fundamental a pedagogia do circo social é o Grande Circo Arraial mais conhecido como Escola Pernambucana de Circo, que foi fundada em 1996 em Recife, por ação de um grupo de artistas e educadores sociais que buscavam estruturar o processo de cidadania de crianças e adolescentes por meio da arte circense. Sua primeira sede estava localizada na torre Malakoff, no bairro do Recife, onde atendiam educandos oriundos da favela do Brum. Atualmente, com sede própria, está localizada no bairro da Macaxeira, onde atende toda a região metropolitana, porém o foco maior é atender os bairros periféricos mais próximos à escola como Nova Descoberta, Vasco da Gama, Guabiraba e Córrego do Jenipapo. É uma organização social civil consolidada há mais de 27 anos e que atua de forma sistemática em diversos nichos das artes circenses, pois como afirma Constâncio (2010, p. 46), “É com essa orientação que a Escola Pernambucana de Circo afirma desenvolver o seu trabalho de circo social”. Segundo o autor, ela oferece oportunidades socioeducativas para crianças, adolescentes e jovens através de atividades artísticas, lúdicas e sócio-pedagógicas, trabalhadas através da identidade cultural e dos valores da cidadania, com o objetivo de educar através da magia, da fantasia do circo e da realidade centrada em sua comunidade e no mundo.

As técnicas do circo aliadas às práticas pedagógicas libertadoras podem fluir numa educação pela arte e muitos outros temas podem surgir e serem vivenciados e trabalhados nesse espaço de educação não formal, a partir da grandeza propiciada pelo circo, formando artistas e agentes sociais multiplicadores da educação pela arte. Desenvolvendo a criatividade literária, a concentração, a partir das artes circenses é possível criar um diálogo pedagógico no contexto da educação popular, numa perspectiva de promoção da cidadania e de transformação social, utilizando as diretrizes da autonomia, valores e objetivos compartilhados, vontade, participação, multilideranças, informação e dinamismo. Com objetivos claros, a Escola Pernambucana de Circo busca desenvolver práticas educativas próprias, que reconheçam e valorizem o papel da arte e da cultura, contribuindo para a democratização da informação, intercâmbio de ideias, experiências e conhecimento, cooperação e articulação entre seus membros, de modo a produzir algum impacto junto à sociedade e comunidade em que estão inseridos. (Constâncio, 2010, p. 81)

Nesse cenário, entendemos que o educador social, ao compreender o circo social como espaço de educação não formal, pode contribuir para a constituição de uma práxis arteducativa que vislumbre a formação de caráter humano baseado nas individualidades e pautado na coletividade, em diálogo com os demais processos educativos.

2.3 *A práxis arteducativa do circo social como ação para uma formação humanizadora*

Dialogando inicialmente com Souza (2007) e Veiga (1994), entendemos que a prática pedagógica ou práxis pedagógica, presentes tanto nos espaços formais como não formais, se constituem a partir de duas formas nas ações docentes, ou no caso da escola de circo, nas ações dos educadores sociais: a primeira compreende a *sistematização* de um ideal de ser humano na construção do conhecimento e a segunda a *finalidade* da ação educativa, posto que toda práxis pedagógica possui objetivos e intencionalidades.

Por sua vez, para haver ações educativas que vislumbrem a emancipação do sujeito humano, cabe ao educador social, nos referindo daqui em diante aos educadores da escola de circo de um modo geral, assumir de forma crítico-reflexiva o trabalho com todos os envolvidos, inclusive as crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, como ressalta Freire (2002, p. 70), “a educação

como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.” Ou seja, um projeto de educação humanizadora é resultante de uma práxis pedagógica pautada na relação entre o educador e o educando, o que significa uma práxis que estabeleça o diálogo crítico-reflexivo entre a teoria e a prática (Freire, 2002). Para Brandão (2010, p. 70 apud Azevedo, 2014, p. 100), o ato de alfabetizar e educar, nessa perspectiva, é um processo de transformação,

[...] significa algo mais do que apenas aprender a ler palavras e desenvolver certas habilidades instrumentais. Significa aprender *crítica e criativamente* ‘o seu mundo’. Significa aprender, a partir de um processo dialógico em que importa mais o próprio acontecer partilhado e participativo do processo do que os conteúdos com que se trabalha, a tomar consciência de si mesmo (Quem de fato e de verdade sou eu? qual o valor de ser quem sou?); tomar consciência do outro (quem são os outros com quem convivo e partilho a vida? Em que situação e posições nós nos relacionamos? e o que isso significa?); e tomar consciência do mundo (o que é o mundo em que vivo? Como ele foi e segue sendo socialmente construído para haver-se tornado assim como é agora? O que nós podemos fazer para transformá-lo). (2010, p. 70, grifo do autor).

A partir do acima exposto, entendemos a práxis arteducativa como ações educativas coletivas, que emerge do diálogo do campo da Arte com o da Educação, o que constitui o campo da Arte/Educação. Este, de acordo com Ana Mae Barbosa, é epistemologia da Arte, que como aponta Azevedo (2014, p. 101), com base nos estudos de Barbosa (1998, 2002, 2009, 2011), “[...] estuda os modos como se ensina e se aprende Arte, mas é epistemologia situada histórico e socialmente, isto é, se materializa na estreita relação entre *teoria do conhecimento com teoria do ser*.”

Ao nos aproximarmos da práxis arteducativa do circo social, nos chama atenção as reflexões de Azevedo (2014, p. 101) sobre as linguagens artísticas, quando ele destaca que “[...] toda linguagem é situada porque toda linguagem é sempre cultural, manifesta posição de gênero, de etnia, de orientação sexual, religiosa, de classe social, ou seja, posições ideologias construídas e/ou introjetadas nas e pelas culturas.”

O processo de construção de ações educativas coletivas, ou da práxis arteducativa, estão voltados para a formação interpessoal do sujeito. É importante destacar que o espaço não formal de educação, a Escola Pernambucana de Circo, entra como complemento ao espaço formal pela sua unicidade. Sendo assim, é possível destacar que trabalhar grupos sociais em situação de vulnerabilidade, é

promover a cidadania, diminuindo desigualdades e promovendo cidadãos mais afortunados. Segundo Gohn (2010, p.55),

[...] o educador social numa comunidade atua nos marcos de uma proposta socioeducativa de produção de saberes a partir da tradução de culturas locais existentes e da reconstrução e ressignificação de alguns eixos valorativos, tematizados segundo o que existe, em confronto com o novo que se incorporam.

O educador social é o elemento estratégico nas ações da educação não formal, ele atua diretamente com a comunidade e ajuda a construir o processo participativo. A escolha dos temas trabalhados emerge de temáticas locais da comunidade, que tenham ligação com a vida cotidiana e a cultura local, faixas etárias, gêneros, religiões, hábitos de consumo, ou seja, todas as potencialidades são exploradas (Gohn, 2010). Ou seja, ele deve atuar partindo dos valores e pertencimentos da comunidade, através da troca de conhecimentos, uma vez que todos os seres humanos devem ter o direito ao acesso à informação e conhecimentos historicamente acumulados, o que os levará a novos saberes, a construir significados dos fatos e agregar ao conhecimento prévio, o que resulta na formação de uma espiral reflexiva, fruto de um saber construído a partir da cultura local e dos valores da comunidade.

A práxis arteducativa do educador social na escola de circo, ao construir projetos que partem das necessidades da comunidade, com uma proposta socioeducativa, de produção de saberes que signifiquem a formação do sujeito humano. Nesse sentido, é possível criar maneiras de diminuir as desigualdades sociais em classes mais populares em espaço de educação não formal.

3. Metodologia

Utilizamos uma abordagem qualitativa, que, segundo Guerra (2014) –“objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação”. Partindo, dessa afirmativa, destaca-se que a pesquisa qualitativa não se baseia em caráter numérico para garantir sua relevância, de acordo com Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 1994, p. 21-22)

Nossa pesquisa se configurou como estudo de caso, que pode ser caracterizado, segundo Gil (2008, p.2),

[...] como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social que visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação.

Nesse sentido, não pode existir a intervenção dos pesquisadores sobre o objeto estudado, e, sim, apresentá-lo como foi compreendido.

3.1 Seleção do campo da pesquisa e dos sujeitos

Realizaremos a pesquisa na Escola Pernambucana de Circo, situada no bairro da Macaxeira, Recife.

Escolhemos a ECP por se tratar de uma escola com larga experiência no campo do circo social, que desenvolve atividades circenses voltadas para a comunidade local e que também agrega alunos dos bairros e cidades vizinhas.

Temos como sujeitos da pesquisa o coordenador pedagógico/educador social da escola, que atua de forma sistemática em diversos espaços do circo, indo do atendimento pedagógico a crianças, adolescentes e jovens, até a formação de jovens artistas e educadores/as potenciais.

O critério de escolha do educador social foi a partir da indicação da coordenadora executiva, levando em consideração sua experiência de 20 anos na escola, indicando-nos se tratar de um educador com maior aprofundamento pessoal nas atividades diárias da EPC.

3.2 Instrumentos de coleta de dados

Como instrumentos de coletas de dados utilizamos a entrevista semiestruturada com o coordenador pedagógico/educador social da escola. Dessa forma, destacamos que, se tratando da entrevista semiestruturada, a formulação de

perguntas responde aos objetivos da investigação, ou seja, sobre as práxis arteducativa circense desenvolvidas pela Escola Pernambucana de Circo com as pessoas em situação de vulnerabilidade, o que significa segundo (Triviños,1987), que estas estão apoiadas em teorias e hipóteses que se relacionam a nossa pesquisa.

3.3 Procedimento de análise dos dados

Para análise dos dados coletados realizamos a análise de conteúdo (temática), na qual, segundo Bardin (1979), se caracteriza por constituir um conjunto de técnicas usadas para interpretar e descrever todos os materiais coletados da pesquisa. Tais técnicas são sintetizadas por Triviños (1987) em três momentos, a saber: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial. Tal opção se fez a partir da compreensão de que essa foi a melhor forma de registro, tendo em vista os dados que foram disponibilizados e os objetivos da investigação.

4. Análise dos resultados

4.1 O papel da Escola Pernambucana de Circo na formação social das pessoas em situação de vulnerabilidade

A EPC trabalha a pedagogia do circo social como uma ferramenta pedagógica para a transformação social, utilizando metodologia própria através de ações, e programas que dialogam com o contexto social e as problemáticas locais em que a escola está inserida. A partir dessa estrutura podemos delimitar diversos pilares que sustentam as práticas do circo social, tais como: a colaboração, processo centralizado no participante, parcerias e envolvimento da comunidade, respeito ao “processo” formativo de cada um, para que ele seja de aprendizagem, emocional, social, cultural, mútua confiança, atenção, autocontrole entre outros.

Segundo Gallo (2010 p. 2), o circo social é entendido como “[...] fenômeno no qual a arte circense é utilizada como ferramenta pedagógica para formação e educação de sujeitos, dando preferência aos que se encontram numa situação de risco social”.

A Fala de Bruno Luna, Coordenador pedagógico da escola, nos faz refletir sobre o significado da educação nesses espaços. Para ele,

Circo social é uma educação mais humanizada, uma educação de sociedade, essa coisa do respeito, da superação dos limites, essa coisa mais humana, mas social. Temos o circo como uma ferramenta de trabalho pedagógico. O mais importante é trabalhar o lado social das pessoas. O que eu sempre costumo dizer é: “O foco do circo social é transformar os bons cidadãos e não os excelentes artistas”.

Corroborando com a ideia do Coordenador pedagógico, Hotier (2001, p. 117 apud Gallo, 2010 p. 2) afirma que no circo social “[a] ideia não é de formar artistas de circo e, ainda menos, fazer crer aos beneficiários que este é o fim da ação. A proposta é usar o circo como pedagogia alternativa para jovens em dificuldades e ajudar, assim, toda inclusão social”.

Apesar da EPC priorizar o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade das comunidades próximas da Escola, como em Nova Descoberta, Vasco da Gama, Guabiraba e Córrego do Jenipapo, ela também atende outros bairros ou outras cidades, através de seu princípio da não exclusão, pessoas mais bem estruturadas do ponto de vista econômico, que se encontram vulneráveis por outros fatores socioemocionais. Entendemos que a vulnerabilidade social é um conceito que se refere à condição de indivíduos ou grupos em alguma situação de fragilidade, resultante de estruturas sociais e econômicas distintas. Como nos chama atenção o Bruno,

O conceito de vulnerabilidade vem mudando, antes quando a gente pensava em pessoas em vulnerabilidade eram pessoas os moradores de rua, pessoas carentes, mas hoje eu tenho muitos alunos que moram na 17 de Agosto, super apartamentos, muitos carros, mas o psicológico está vulnerável.

Sendo assim, o papel da escola é de fundamental importância para a sociedade, pois desenvolve diversos projetos de inclusão social através da arte/educação, de modo a proporcionar o desenvolvimento integral de seus participantes., De acordo com Gallo (2010, p.27), “[...] as linguagens artísticas, predominantemente as artes circenses, são utilizadas como um canal de integração, expressão, promoção da cidadania e transformação social”.

Nesta perspectiva, o processo de educação não formal que a EPC desenvolve se relaciona com o fazer do circo social, onde, como destaca Bruno, envolve a compreensão dos sujeitos acerca de seus direitos individuais perante a sociedade para a formação cidadã, formação profissional por meio do desenvolvimento de habilidades, e práticas que ajudam na organização e

resolução de problemáticas coletivas.. Como destaca Gohn (1999 apud Gallo, 2010) a educação formal possibilita, a partir do acompanhamento pedagógico das aprendizagens, a formação crítico-reflexiva das pessoas, o que, na EPC se dá pela criação de espaços para se expressar através da arte.

4.2 Os limites e possibilidades da práxis arteducativa na Escola Pernambucana de Circo para a inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade

A escola desenvolve diversas atividades em caráter de gratuidade através de projetos como por exemplo o *Projeto Brincar e Aprender para Crescer com Você* e durante todo o ano os educandos de 06 aos 15 anos se dedicam às aulas de acrobacia de solo e aérea, equilíbrio e malabares, bem como jogos de integração de grupo, brincadeiras populares e outras linguagens artísticas. Outra ação da escola é o *Curso de Iniciação às Artes Circenses* para jovens e adultos dos 16 aos 29 anos, em diversas modalidades circenses.

O público-alvo da EPC compreende, principalmente, pessoas da comunidade do bairro da Macaxeira em situação de vulnerabilidade social e de bairros vizinhos. Porém a escola trabalha com demanda espontânea, ou seja, aceita matrículas de pessoas fora da faixa pré-estabelecida e de outras localidades, caso haja vagas.

Para o Coordenador e Educador social, Bruno, a escola possui limites referente ao quantitativo de atendimentos da comunidade circundante. Hoje ela só consegue atender, a cada seis meses, cerca de 100 crianças e adolescentes e 50 jovens e adultos. Essa limitação é devido ao aporte financeiro que não existe continuamente. A EPC depende de recursos financeiros provenientes de Editais de incentivo a cultura, que são destinados a serviço de apresentação da trupe. Além disso, não existe nenhum tipo de parceria com instituições privadas, nem aporte de instituições públicas para ações em espaços não formais.

Bruno ressalta que nos editais existe uma limitação da faixa etária do público participante das ações, restringindo a inscrição para pessoas com até 29 anos. Porém, a EPC não nega matrículas para pessoas acima dessa idade, pois havendo vagas abertas não preenchidas com o definido no edital, eles conseguem justificar a inscrição através dos relatórios de prestação de contas.

Existe de tempo em tempo uma parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife, contudo, o coordenado e educador social afirma que esta se limita apenas a uma prestação de serviço, através de apresentações circenses nas escolas, na educação

infantil. A resistência da coordenação a esse tipo de parceria nos parece estar associada a concepção de Bruno acerca da pedagogia social do circo, que entende que os arte/educadores presentes na EPC desenvolvem uma práxis arteducativa que tem contribuído para a formação cidadã não apenas de crianças, mas de jovens e adultos presentes na escola.

É importante refletir acerca dos limites acima destacados, principalmente no que se refere a faixa etária do público-alvo definido nos editais, posto que as ações da EPC, em parceria com a rede municipal de ensino, como da Prefeitura do Recife, podem ir além da prestação de serviço, trazendo como possibilidade de trabalho conjunto, o diálogo com a educação de jovens e adultos a partir da pedagogia social do circo, com vista a construção de práxis arteducativas que contribuam para a redução da evasão e das dificuldades no processo de ensino-aprendizagem presentes na EJA. A educação formal e não formal de diferentes grupos sociais, precisa se propor a oferecer uma educação adequada e eficaz, que possa transformar a vida dos sujeitos ao longo da vida.

5. Considerações

A partir dos resultados da pesquisa foi possível conhecer e entender que a práxis arteducativa desenvolvida na EPC, através do circo social, está fortemente voltada para uma formação cidadã, preferencialmente das pessoas em situações de vulnerabilidade social, indo além da vulnerabilidade econômica, mas também acolhendo aquelas vulneráveis emocionalmente.

A escola, enquanto espaço de educação não formal, dialoga com o contexto das comunidades na qual estão inseridos, numa perspectiva de inclusão social, trabalhando as problemáticas de exclusão social presentes na nossa sociedade e que tanto levam as crianças, jovens e adultos a desistirem de si e da educação formal.

Há fortes indícios que a Escola Pernambucana de Circo, através da linguagem artística, modifica a estrutura do contexto social envolvido, fazendo com que as pessoas desenvolvam novas formas de leitura de mundo, tornando o indivíduo em situação vulnerável em um ser crítico, pensante.

Como destacado pelo educador social da EPC, Bruno, as práxis arteducativas desenvolvidas nesse espaço de educação não formal são relevantes na busca pela

cidadania, trazendo possibilidades e perspectivas de vida, aprendizados que vão além do adquirido no âmbito escolar.

Vimos, portanto, que a ECP enquanto instituição não formal, atua diretamente com a comunidade, numa educação pautada na prática de liberdade, ajuda-a a construir um processo participativo, em sentido oposto ao sistema neoliberal, que reforça a competitividade e o individualismo do ser humano, transformando-os em meros fantoches que servem a interesses pessoais do sistema.

Desse modo, esperamos que essa pesquisa possa gerar inquietações no Curso de Pedagogia, para que mais pesquisas sejam feitas sobre as práticas pedagógicas arteducativas e o circo social como caminho para a inclusão de todas as pessoas.

6. Referências

AZEVEDO, F. A. G. de. **A abordagem triangular no ensino das artes como teoria e a pesquisa como experiência criadora**. 2014. 208 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

BARBOSA, A.M. (org.) **Arte/Educação: consonâncias internacionais**. São Paulo: Cortez, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

CONSTÂNCIO, R.. **Circo Social: a experiência da escola pernambucana de circo**. Recife: Bagaço. 2010.

DEMO, P.. Inclusão Social, **Revista IBICT**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, out./mar., 2005. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/inclusao>>. Acesso 17 de dezembro de 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 32.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. InstitutInternational Des Droits De L'Enfant (IDE). Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problèmes sans solutions? Sion (Suisse), 18 auoctobre 2005. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5633199/mod_resource/content/1/eudca%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20formal_formal_Gadotti.pdf>. Acesso em: 11 dezembro de 2023.

GALLO, Fabio Dal. **A renovação do circo e o circo social**. Repertório: Teatro & Dança, Bahia, Ano 13, n. 15, 2010. <Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/2033>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o Educador Social: Atuação no Desenvolvimento de Projetos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção questões da nossa época; v.1).

GUERRA, E. L. de A. **Manual Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte Edição Grupo Alma Educação. 2014

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SANTOS, L. N.; MOTA, A. M.; SILVA, M. V. de Oliveira. A dimensão subjetiva da subcidadania: considerações sobre a desigualdade social Brasileira. **Revista Scielo Brasil**. São Paulo, 2013. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300014> >. Acesso em 17 de dezembro de 2023.

SIQUEIRA, W. A. **Papel do circo social na educação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. 2022, 19 p. Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia.

SOUZA, J. F. de. **Educação popular: Quê? Uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessária ao povo brasileiro**. Recife: Bagaço, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de didática**. 3.ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.